



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

**Estudo Qualitativo Ad hoc – Conjuntura
(11/2015)**

RELATÓRIO FINAL

EMPRESA RESPONSÁVEL:



BRASILIA – DF
22/12/2015

Sumário

1	Apresentação	3
2	Escopo da Pesquisa.....	5
3	Métodos e Técnicas de Pesquisa	7
4	Detalhamento do Roteiro de Pesquisa	9
5	Detalhamento do Plano de Recrutamento.....	10
6	Detalhamento dos Procedimentos Adotados nos Trabalhos de Campo.....	11
7	Análise dos Resultados da Pesquisa	12
8	Conclusões / Considerações Finais	38
9	Recomendações.....	41
	Anexo I – Roteiro.....	43
	Anexo II – Cronograma e Perfil – DG’s	47

1 Apresentação

1.1 Base Legal

De acordo com a legislação brasileira em vigor (Lei nº 10.683/2003, art. 2ºB, III), a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem entre suas missões institucionais a atribuição de organizar e desenvolver um sistema de informação e pesquisa de opinião pública, cujos principais objetivos devem ser monitorar as demandas da sociedade por políticas e serviços públicos bem como a avaliação que a sociedade faz dessa oferta de políticas e serviços públicos.

Nesse sentido, o Decreto nº 6.555/2008 sugere alguns objetivos para esse sistema de informação e pesquisa de opinião pública. Com base nos incisos I, II e IV do artigo 1º e nos incisos VIII e XI do artigo 2º do referido decreto, podem ser indicados como objetivos do sistema de informação e pesquisa de opinião pública a realização de atividades destinadas a:

- I. Avaliar o conhecimento da sociedade sobre políticas e programas federais;
- II. Avaliar o conhecimento do cidadão sobre direitos e serviços colocados à sua disposição;
- III. Identificar assuntos de interesse público que orientem o conteúdo das informações a serem disseminadas;
- IV. Avaliar a adequação de mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público;
- V. Avaliar a eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

No campo da avaliação de programas e ações governamentais, a pesquisa de opinião pública é uma forma amplamente aceita de conhecer como os cidadãos percebem os efeitos das políticas públicas em suas vidas. Além disso, oferece aos tomadores de decisão subsídios importantes para sua atuação e permite fazer com que as ações governamentais sejam responsivas às prioridades e expectativas da população.

Por isso, a SECOM realiza uma série de levantamentos e análises que objetivam compreender a percepção da população sobre as ações governamentais e, por conseguinte, contribuir para a tomada de decisão no âmbito do Governo Federal e, principalmente, para o planejamento das ações de formulação e articulação das iniciativas de comunicação do Poder Executivo Federal.

Essas pesquisas constituem importante instrumento de gestão e maximização de recursos, pois, ao aplicarem métodos e técnicas cientificamente válidas, permitem a construção de parâmetros para campanhas de comunicação institucional e de utilidade pública com foco e meios mais precisos, proporcionando assim a realização de resultados

mais tangíveis e maior efetividade em relação aos objetivos propostos na política pública de comunicação.

Além disso, as pesquisas realizadas pela SECOM oferecem um canal adicional de manifestação cidadã, pois oferecem à população a oportunidade de se expressar sobre o desempenho do Poder Executivo e sobre suas demandas mais prementes, o que confere uma aplicação vertical da noção de prestação de contas política (*accountability*), essencial ao funcionamento da democracia.

A Legislação pertinente e informações adicionais podem ser consultadas na página da SECOM na Internet: www.secom.gov.br

1.2 Contrato da Pesquisa

Contrato nº 001/2013.

1.3 Ordem de Serviço da Pesquisa

Ordem de serviço 028/2015.

2 Escopo da Pesquisa

2.1 Contexto

Esta pesquisa tem como propósito dar seguimento às análises qualitativas iniciadas pela Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da SECOM/PR em 2013 acerca de temas da conjuntura brasileira, sob a ótica de determinados segmentos da sociedade, definidos por critérios aplicados na fase de recrutamento dos participantes, demarcando uma nova fase na realização dessas pesquisas, que passariam a ter regularidade trimestral. Em sua primeira edição regular, a pesquisa concentrar-se-á nos sentimentos e nas percepções dos residentes em grandes centros urbanos do País acerca de temas da política e da economia nacional na atualidade, aprofundando de forma qualitativa os principais achados das pesquisas quantitativas quadrimestrais.

Pesquisas anteriores revelaram que a percepção sobre a crise na economia, os escândalos de corrupção e as medidas de ajuste fiscal formam uma tríade que se embaralha na cabeça dos(as) brasileiros(as), indicando que não há clareza especialmente em relação a comunicação sobre as medidas de ajuste adotadas pelo Governo Federal. Toma-se, para tanto, como objeto de análise, a forma pela qual estratos da população selecionados por critérios de faixa etária/renda/avaliação do Governo Federal, residentes nos principais centros urbanos do país, avaliam a conjuntura atual.

Considerando que, por força da lei, cabe a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República organizar e desenvolver pesquisas de opinião pública, esta Assessoria Especial pretende realizar levantamentos sobre a percepção popular em relação a políticas, serviços e ações do Governo Federais relativas a eventos de grande impacto na sociedade brasileira. Em termos mais precisos, essa pesquisa servirá para aferir a opinião popular quanto ao desempenho do governo na condução de medidas que tem por objetivo resolver problemas ligados ao momento específico, em que a população é afetada diretamente por: surto de microcefalia, desastre ambiental no rio doce e oscilação nas taxas de emprego e ocupação.

2.2 Indicador de referência

Não há.

2.3 Objetivo Geral

Conhecer as percepções da população brasileira em relação a eventos específicos de impacto nacional, no sentido de apreender a forma como os/as cidadãos/as avaliam a atuação do Governo Federal em relação a esses fatos. Nesta pesquisa, serão abordados os seguintes temas: 1) desastre ambiental e humano decorrente do rompimento de barragens no Rio Doce; 2) disseminação de casos de microcefalia; 3) oscilação nas taxas de ocupação e emprego.

2.4 *Objetivos Específicos*

- Fornecer à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República diagnóstico ágil dos impactos dos eventos acima citados, com intuito de subsidiar eventuais ajustes que aumentem a efetividade da política de comunicação do Governo Federal;
- Oferecer elementos que contribuam para o processo de tomada de decisão dos demais órgãos do Governo Federal, especialmente, nos temas e áreas consideradas acima;
- Identificar o nível de lembrança (recall) e impacto relativos aos eventos mencionados acima, bem como os principais problemas relativos a eles;
- Compreender as perspectivas da população brasileira para a solução destes problemas; percebendo como a população avalia a atuação do Governo Federal nesse sentido;
- Perceber o nível de apropriação e lembrança (recall) das iniciativas tomadas pelo Governo Federal.

2.5 *Público Alvo*

- Pessoas com idade a partir de 18 anos;
- Ambos os sexos;
- Composição multirracial;
- Classes de renda A, B, C, D e E;
- Localidades: Capitais de Estados mais afetados pelos casos de microcefalia: **Recife, Aracaju e Natal**. Capitais de Estados mais afetados pelo desastre do Rio Doce: **Belo Horizonte e Vitória**. Capitais de controle para medir impacto nacional: **São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre**.

3 Métodos e Técnicas de Pesquisa

3.1 Técnicas de Pesquisa

Pesquisa Qualitativa com grupos de discussão.

Os grupos de discussão, mediados por um especialista, buscam estimular a livre manifestação associativa e a troca de opiniões de indivíduos que apresentam características relativamente homogêneas. O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto.

3.2 Plano Amostral

A proposta de desenho metodológico foi a seguinte:

Realização de 32 grupos focais nas cidades de Recife, Aracaju, Natal, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre com, no mínimo, 8 participantes de perfis similares e orientados por um moderador, seguindo um roteiro não diretivo previamente discutido e aprovado pelo cliente.

CIDADE	FAIXA ETÁRIA	CLASSE	GÊNERO	Nº GRUPOS
BELO HORIZONTE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
VITÓRIA	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
RECIFE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
ARACAJU	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
NATAL	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1

CIDADE	FAIXA ETÁRIA	CLASSE	GÊNERO	Nº GRUPOS
SÃO PAULO	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
RIO DE JANEIRO	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
PORTO ALEGRE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	1
	18 a 30	CD/E	(Mas e Fem)	1
	31 a 45	CD/E	(Mas e Fem)	1
TOTAL				32 GRUPOS

A composição dos grupos considerou as variáveis: faixa etária e classificação econômica para assegurar grupos homogêneos para uma melhor dinâmica interna. O planejamento leva em conta um desenho que permita captar pontos mais ou menos divergentes e consensuais através do confronto entre opiniões, evidenciando possíveis diferenças segundo classe econômica e idade.

4 Detalhamento do Roteiro de Pesquisa

O roteiro de pesquisa foi elaborado pela equipe técnica do Instituto Análise em diálogo com os representantes da SECOM para troca de conhecimento e experiências. Buscou-se desenvolver um roteiro que pudesse responder às questões levantadas durante a descrição do problema.

O roteiro foi preparado a partir de uma lista de questões a serem respondidas, as quais foram organizadas em grupos de tópicos e ordenadas em uma sequência lógica, conforme apresentado a seguir:

- Introdução: apresentação do(a) moderador(a) e dos participantes e explicação da dinâmica.
- Trabalho e desemprego: como percebem a situação econômica em 2015; satisfação com o emprego atual, busca por emprego e percepção sobre oportunidades de trabalho em 2016.
- Casos de microcefalia: conhecimento sobre o Zika Vírus e sua relação com a microcefalia; percepção sobre iniciativas do governo, estados e municípios para enfrentar o problema.
- Desastre do Rio Doce: conhecimento sobre o desastre; principais culpados; avaliação das iniciativas do Governo Federal para resolver o problema.
- A Comunicação da Presidência da República: avaliação da adequação de mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público; avaliar o modo como as informações são transmitidas (quem deve anunciar, por quais meios de comunicação, de que forma). Avaliação de propagandas do GF.

As primeiras versões do roteiro foram apresentadas pela equipe da SECOM, depois de discutidas internamente com os setores interessados. O teste para a aprovação do roteiro se deu no primeiro grupo de discussão e esse teste avaliou:

- Compreensão técnica;
- Tempo necessário para aplicação;
- Adequação das perguntas/provocações.

O roteiro mostrou-se adequado aos objetivos pretendidos pela pesquisa.

5 Detalhamento do Plano de Recrutamento

O recrutamento dos grupos de discussão foi realizado mediante aplicação de um questionário estruturado contendo os filtros da pesquisa. Não foram recrutadas pessoas que tivessem participado de pesquisa qualitativa no último ano, assim como pessoas que trabalhem em atividades relacionadas com pesquisa e dinâmicas de grupo, tais como marketing, sociologia, psicologia, trabalho em agências de publicidade e propaganda, que atuem na área de comunicação e que sejam consideradas formadoras de opinião, dentre outras.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa para o Governo Federal, também não foram recrutados funcionários/servidores públicos e ocupantes de cargos administrativos e/ou de confiança de nenhuma esfera de governo.

O recrutamento foi realizado utilizando duas técnicas: 1) Telefônica utilizando listagem e 2) Pessoal em pontos de fluxo nas cidades de Recife, Aracaju, Natal, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre com equipes de profissionais experientes e qualificados. O Instituto Análise realiza regularmente pesquisas qualitativas nessas praças, utilizando-se de equipes de recrutadores e supervisores locais acompanhados por um supervisor do Instituto Análise para garantir que a metodologia da pesquisa seja aplicada uniformemente em todas as praças.

Foram recrutados 12 participantes a fim de garantir a presença de no mínimo 8 pesquisados por discussão.

Os grupos aconteceram em locais equipados para este fim, com salas de espelho a fim de permitirem o acompanhamento do trabalho por observadores da Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da SECOM/PR.

Todas as reuniões foram gravadas em DVD, sendo que o recrutamento dos participantes esteve sob a responsabilidade do Instituto Análise.

5.1 Definição dos Participantes da Pesquisa

O universo de estudo e composição dos grupos de discussão foram descritos no *Briefing* e confirmados no projeto de pesquisa apresentado à Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da SECOM/PR, que requeria um mínimo de 32 grupos de discussão.

Tabela 1 – Distribuição do total de grupos por região e classificação socioeconômica

Região	Grupos	Classe AB	Classe C/DE	Perfil
Sudeste	16	8	8	Grupos segmentados por faixa etária e classificação econômica
Nordeste	12	6	6	
Sul	4	2	2	
Brasil	32	16	16	

6 Detalhamento dos Procedimentos Adotados nos Trabalhos de Campo

Os trabalhos de campo iniciaram após a aprovação do roteiro e perfil dos entrevistados.

6.1 Estrutura de Campo e Equipe Técnica

Profissional	Função	Perfil	Quantidade
Recrutador	Recrutar os participantes.	Profissionais com conhecimento, experiência, sensibilidade e critério.	8
Coordenador de campo	Realizar treinamento e supervisionar todo o trabalho de campo.		2
Verificador	Avaliar meta de produção e checagem do perfil dos participantes. Fazer o CRQ – Controle de Qualidade no Recrutamento junto a ABEP.		2

6.2 Conclusões dos Trabalhos de Campo

A logística do projeto levou em consideração equipes de recrutadores e supervisores locais acompanhados por um supervisor do Instituto Análise para garantir que a metodologia da pesquisa fosse aplicada uniformemente em todas as cidades.

O recrutamento e a seleção dos entrevistados foi um processo cuidadoso e rigoroso.

Para garantir a qualidade do recrutamento, antes da realização dos grupos foram adotados os seguintes procedimentos:

- Consulta do participante no CRQ – Controle de Qualidade no Recrutamento;
- Conferência do documento de identidade original com foto (RG, Carteira Nacional de Habilitação) do participante;
- Logo após a realização dos grupos, as informações do CRQ foram completadas, assim como o *status* de participação do candidato.

No dia da realização dos grupos, os participantes passaram por uma nova checagem dos filtros para confirmação do perfil.

O processo de recrutamento transcorreu sem prejuízo ao objetivo final da pesquisa.

7.1 Conjuntura Econômica Atual

7.1.1 Percepções sobre o Momento do País

A conjuntura atual é caracterizada por um cenário de problemas que, na visão dos pesquisados, se mostram crescentes. A percepção é de que a situação econômica do país se deteriorou ao longo de 2015. As principais referências para esta percepção são os aumentos de preços (energia, combustíveis, supermercado) e o aumento do desemprego.

Houve relatos de pessoas que perderam o emprego e estão com dificuldades para encontrar recolocação, e também outros que estão subempregados ou vivendo na informalidade. Essa proximidade com a questão do desemprego faz com que se mantenham em um estado de insegurança nos discursos que envolvem o tema.

Além disso, os participantes percebem uma mudança de comportamento no mercado: atualmente a exigência é maior e o salário é menor.

Relatam ainda que o comércio está ruim e as contratações temporárias para o período do Natal não estão acontecendo. A percepção dos entrevistados é de que há certa estagnação econômica e isso atinge todos os segmentos e todas as classes sociais.

Além do agravamento dos problemas econômicos, há também a percepção de elevada turbulência no cenário político, associada ainda aos escândalos de corrupção. Tudo isso contribui para amplificar o sentimento de instabilidade frente à situação presente e aos rumos do país.

"Hoje a inflação está crescendo, o desemprego aumentando. Não vejo uma perspectiva de melhora próxima nesse momento. Cada vez mais aparece corrupção, por um lado isso é bom, parece que serão punidos, mas você também desacredita no país." (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

"O que eu acho assustador é que todo dia surge uma situação diferente, não é uma situação confortável que a gente pensa que vai melhorar. A gente vive em alerta, um que a gente pensava que não estava no meio do negócio, cai, vai preso." (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

"Na verdade agora está todo mundo apreensivo. Isso gera uma bola de neve e a economia só piora com nisso." (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

"Você vai ao supermercado e todos os dias aumenta os preços. Você vai um mês e gasta um valor, no outro mês com o mesmo valor você não traz nem a metade que trouxe no mês passado." (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“O país está passando por um momento de recessão, eu acompanho muito o lado político, o Brasil está retrocedendo.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“É porque as notícias trazem isso para gente, o tempo todo você só vê os políticos preocupados não com a educação, com a segurança, mas em se defender: ‘não tenho conta no exterior, não fiz isso, não fiz aquilo’. A notícia é essa.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

Apesar da esperança declarada de que o próximo ano seja melhor, o pessimismo está presente nos discursos dos entrevistados. Afirmam não estar vendo sinais de evolução no quadro de problemas enfrentados pelo país.

Aqueles que apresentam um discurso otimista acerca do próximo ano têm uma argumentação pautada na *“esperança de que as coisas melhorem”*. Em geral, essas projeções apresentam o mesmo componente emocional – a esperança – e também aparecem ancoradas em falas como: *“a crise é passageira”* ou *“pior do que está não tem jeito de ficar”*.

Especificamente no Rio de Janeiro, foi observado um otimismo mais proeminente, baseado na realização das Olimpíadas na capital carioca e na perspectiva de que o evento propicie aquecimento econômico e geração de empregos, mesmo que temporários.

“Vai demorar muito para melhorar, tem que trabalhar muita coisa, não melhora de um ano para outro.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Estou desanimada. Quero que melhore, mas sendo realista, não vejo perspectiva, pelo menos para 2016. Talvez em 2017 suba. A economia está muito ruim. Precisa de muito para levantar um pouco o Brasil.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“A situação está péssima, cada vez pior. A gente fica na esperança de que vai melhorar e só piora.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“Eu estou otimista porque tem que ter fé em Deus que vai melhorar. Olhando a gente vê que as coisas vão daí para pior, só que a gente tem aquela fé de que vem alguma coisa que resolva a situação.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“Eu qualificaria muito mais como um momento de insegurança do que de pessimismo ou otimismo, é um momento inseguro. Porque acho que o otimismo, no meu caso de classe média, tem que existir porque se não eu paro de comer, paro de fazer tudo.” (31 a 45 anos, classe AB, Belo Horizonte)

7.1.2 A Visão sobre o Emprego na Atual Conjuntura

Dentre todos os problemas percebidos pelos grupos, o avanço do desemprego parece ser determinante nas projeções negativas para o futuro próximo. Quando espontaneamente surgem relatos sobre o desemprego, são expressas diferentes situações: pessoas que já perderam seus empregos formais e hoje estão no mercado informal por contingência; pessoas que estão insatisfeitas com o emprego atual, mas não estão dispostas a correr o risco de perdê-lo; pessoas que já estão há algum tempo procurando uma colocação ou recolocação profissional.

Diante esse prisma, a percepção geral é de que o momento atual requer:

- Cuidado para não perder o emprego;
- “Criatividade” para descobrir fontes alternativas de renda;
- Aceitação de um emprego com o salário ou o cargo inferior ao que se possuía no emprego anterior;
- Aceitação diante da falta de perspectivas de mudança de emprego ou ascensão profissional.

“Muita gente do meu trabalho foi mandada embora, teve um corte muito grande. Você fica inseguro, não é? É inevitável. Será que mês que vem vou estar aqui, será que não?” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Eu acho que por tudo o que eu faço, eu deveria ter uma remuneração melhor, mas eu não falo que eu estou insatisfeito, porque eu vejo muitas pessoas procurando e não acham, você segura o que você tem, tem que agradecer a Deus porque você tem.” (18 a 30 anos, classe CD, Vitória)

“Eu fiquei desempregado em janeiro, agora em setembro arrumei emprego de auxiliar de produção, aceitei pela necessidade, mas não é nada do que eu fazia antes, o salário não é compatível com o que eu ganhava antes. Eu procuro alguma coisa na minha área porque hoje eu trabalho para sobreviver.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“Tem que trabalhar por dois para segurar o emprego. A pessoa que tem o seu emprego, que segure, pois se sair para arrumar outro está difícil.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“A gente está naquela situação: não está tão bom, mas pode ficar pior. Vou permanecer no trabalho por enquanto.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Não dá para sair e procurar outro emprego agora... Acredito que 2016 será um ano difícil. Estou estável em meu trabalho, por isso pretendo ficar por lá até perceber que a crise não está mais instaurada no país.” (18 a 30 anos, classe AB, Recife)

7.1.3 A Visão sobre a formação na Atual Conjuntura

Há, entre os participantes dos grupos, o reconhecimento da importância do estudo para abrir portas no mercado de trabalho. Os cursos técnicos ganham relevância por terem sido a “oportunidade” para muitos cidadãos evoluírem profissionalmente. E, muito embora, afirmem que, na atual conjuntura, os postos de trabalho estejam retraídos tanto para aqueles que possuem formação acadêmica quanto para aqueles com formação técnica, existe a visão de que muitas empresas/empregadores têm dado preferência aos profissionais de perfil técnico tendo em vista ser um profissional que demanda uma menor remuneração salarial (se comparado ao profissional com graduação acadêmica).

Entre os participantes mais jovens, os ajustes percebidos na educação, mais especificamente no PRONATEC e no FIES, são alvos de críticas. Declaram que *“antes, havia incentivo nos estudos, que eram uma luz a médio e longo prazo”*, mas hoje essa possibilidade foi reduzida, agravando ainda mais as perspectivas quanto à colocação ou recolocação profissional.

Apesar das dificuldades de inserção ou recolocação no mercado de trabalho, de uma forma geral, todos continuam tocando seus projetos de trabalho ou estudo. Não foi identificada nenhuma tendência de apatia diante da crise. Os estudos e a busca por uma maior qualificação profissional continuam sendo vistos como os principais instrumentos para o sucesso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, parcela significativa dos entrevistados pretende ingressar ou continuar nos estudos: alguns desejam iniciar ou voltar à graduação, outros têm intenção de cursar uma pós-graduação, e há aqueles que consideram os cursos técnicos como uma opção bastante interessante, tanto pelo prazo mais curto de duração quanto pelas boas perspectivas empregatícias.

“Eu estou fazendo alguns cursos dentro da minha área, fazendo curso de línguas, fazendo curso de informática. Eu acho que isso é importante, especializar, para quando o mercado estiver bom novamente, a gente estar apto para entrar no mercado.” (18 a 30 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“Gastei muito para fazer uma faculdade, mas eles não estão contratando. Eles dizem que mesmo com formação só podem te oferecer 1500 reais. Quero muito... Hoje ninguém pode se dar ao luxo de largar o emprego.” (18 a 30 anos, classe AB, Porto Alegre)

“Eu acho que o curso técnico é a maior possibilidade. Com essa crise a empresa prefere optar pelo técnico do que pelo formado pela faculdade porque o custo do profissional técnico é menor.” (31 a 45 anos, classe CD, Aracaju)

“Fazer um técnico ajuda para conseguir emprego mais rápido, porque como o curso superior é muito pelo lado da teoria e o curso técnico é muito a prática.” (18 a 30 anos, classe CD, Recife)

“Acho que os cursos técnicos, profissionalizantes são práticos e é isso que estão precisando, prática no negócio.” (31 a 45 anos, classe CD, São Paulo)

“Hoje as empresas procuram mais os profissionais com curso técnico porque sai mais barato do que quem tem curso superior. Muitas empresas fazem parceiras com as escolas de cursos técnicos como SENAI. Eu acho que o curso técnico é uma boa pedida hoje em dia.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“Vi muito pós-graduado, MBA, procurando vaga de ensino médio. Muitas instituições que oferecem curso técnico já encaminham para as empresas. É meio caminho andado.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Prefiro fazer um curso técnico do que uma faculdade porque hoje em dia um técnico está mais valorizado.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

7.2 Microcefalia

7.2.1 Casos de Microcefalia

Ao se discutir o problema da microcefalia nos grupos, verificou-se uma significativa diferença quanto à familiaridade e ao envolvimento com a doença entre as regiões geográficas estudadas.

Nas praças pesquisadas da região Sul e Sudeste (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Porto Alegre), o nível de informação sobre o surto de microcefalia é razoável entre públicos participantes das classes AB e ainda muito baixo entre alguns pesquisados das classes CD. Entre o público AB sabe-se que é uma doença que afeta a formação do cérebro dos bebês e que a provável causa é o zika vírus, transmitido pelo mosquito *aedes aegypti*. Entre o público CD, há conhecimento de que é um problema que está afetando predominantemente a região Nordeste, sendo o mosquito da dengue o transmissor, mas pouco se sabe sobre os efeitos da doença. Tais informações reproduzem o que está sendo visto na mídia de uma forma geral, mas observa-se haver certa ansiedade pela confirmação desta causa.

Observa-se, também, entre os participantes moradores dessas praças, que a preocupação com o assunto ainda é relativamente menor se comparada ao estado de apreensão observado nos grupos de Recife-PE. Há uma percepção de que é um problema distante, ainda que a forma de contaminação esteja presente em todo o país (mosquito) e as consequências assustem. Existe também conhecimento de que novos casos da doença começam a avançar por todas as regiões do país.

Os participantes dessas praças acreditam que a microcefalia esteja relacionada a problemas culturais e à falha de gestão pública: falta de educação sanitária da população de mais baixa renda atrelada a uma estrutura precária de saneamento básico da região Nordeste, o que propicia a proliferação do mosquito.

Desconhecem iniciativas do poder público para enfrentamento ao problema. Muito pontualmente, apreendeu-se o conhecimento de que o Governo Federal, por meio de um pronunciamento do Ministro da Saúde, recomendou que as mulheres das regiões atingidas evitassem engravidar, sendo essa considerada uma recomendação drástica e que aumenta bastante o nível de preocupação com a doença.

Em geral, a visão desses investigados é de que o Governo Federal, juntamente às esferas estadual e municipal, deveria investir em campanhas de conscientização da população, bem como em medidas de prevenção e de apoio mais efetivo do SUS às gestantes.

Em Vitória, particularmente, entre os grupos das classes CD, houve manifestações de receio quanto à proliferação do mosquito *aedes aegypt* devido ao fato dos moradores das áreas atingidas pelo desastre do Rio Doce estarem armazenando e reaproveitando água, muitas vezes em condições inadequadas e propícias à proliferação das larvas do mosquito.

Nessa praça, foram feitas menções pontuais de que a administração municipal tenha solicitado ajuda ao Exército e de que os agentes de saúde estão fiscalizando as casas. Contudo, prevalece a opinião de que as autoridades de todas as esferas governamentais poderiam fazer mais.

Pontualmente também em São Paulo e em Aracaju, surgiram alusões ao experimento feito com os mosquitos-macho geneticamente modificado com o intuito de modificar o mosquito-fêmea transmissor. Desconhecem o órgão responsável pelo desenvolvimento desse experimento e os seus resultados, mas depositam esperanças de que possa acenar como uma saída para interromper o avanço de casos.

“Teve campanha de prevenção do mosquito da dengue. Ainda não vi sobre a microcefalia. Deveriam disponibilizar os agentes de saúde. Eles poderiam fazer palestras para gestantes, aumentar a prevenção.” (18 a 30 anos, classe AB, Porto Alegre)

“Eu acho que é um pouco prematuro para dar alguma opinião até porque a gente não passou por isso ainda. A gente só crê naquilo que a gente vê, sente na pele, então a gente acha que a gente não preocupa até acontecer com a gente.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“A gente está um pouco distante aqui no Sudeste. Como grande parte do problema é no Nordeste, provavelmente o diálogo deles com o Governo é bem distinto do nosso. Acho que o Governo não dá o alarde que deveria ser dado... Enquanto o problema não chegar ao Sudeste, 80% do

PIB do país, não vai acontecer nada." (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

"Eu vejo falando que é um surto, como não está muito próximo da gente você só ouve falar. Eu não sei se vai ser um surto nacional ou regional." (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

"Estou moderadamente preocupado. Não estão divulgando muitas coisas. É moderado porque ainda não chegou aqui, a gente sempre acha que está livre." (18 a 30 anos, classe AB, Porto Alegre)

"A hora que a coisa chegar aqui e ficar feia mesmo, nós vamos dar ênfase. O Governo Federal tem que fazer um pronunciamento das ações que serão feitas, tem que fazer as pessoas entender que tem que ter medo disso, é grave sim." (31 a 45 anos, classe AB, Belo Horizonte)

"Eu acho que piorou quando deram certeza que afetou aqui, aí todo mundo pensou "chegou aqui", então foi na hora que todo mundo acordou." (18 a 30 anos, classe CD, Vitória)

Nas praças pesquisadas do Nordeste, apreendeu-se um quadro nítido de maior familiaridade e envolvimento com o assunto, mas também diferentes nuances de comportamento diante do problema entre os moradores de Recife e os de Natal e Aracaju.

Em Recife, particularmente, os participantes dos grupos estão, notadamente, alarmados com o problema e se dizem muito temerosos, angustiados e preocupados com a progressão acelerada do surto no estado de Pernambuco. Demonstram estar absorvendo todo o tipo de informação que veem na mídia, mas afirmam precisar ainda de muitas repostas. Segundo dizem, muitas questões envolvendo o problema não têm, de fato, respostas e comprovações científicas, o que amplia o quadro de angústia e preocupação desses cidadãos.

Em Natal e em Aracaju, há também preocupação acerca da progressão de casos da microcefalia nos seus estados, mas não existe o mesmo grau de alarmismo apreendido entre os recifenses. As preocupações dos grupos nessas duas praças não estão alocadas no presente, e sim projetadas para um futuro bem próximo que se apresenta muito rapidamente com a descoberta de novos casos a cada dia.

Em comum a todos os participantes ouvidos nas cidades do Nordeste é o repertório acerca da doença: sabem que o responsável pela microcefalia é o zika vírus, que é transmitido pelo mosquito *aedes aegypti*. Sabem também que a doença está concentrada atualmente na região Nordeste e o estado de Pernambuco apresenta o maior índice de casos. Têm conhecimento que o mesmo transmissor *aedes aegypti* pode transmitir três diferentes vírus: dengue, zika e chikungunya. Muitos relatam já ter tido a dengue e a chikungunya e, aqueles que não tiveram, possuem parentes ou pessoas próximas que foram afetadas por esses vírus.

Questionados sobre as razões para a maior incidência dos casos de microcefalia no Nordeste, creditam esse fato a fatores como:

- O clima quente da região;
- A precariedade de condições de higiene de algumas localidades;
- A falta de saneamento básico em alguns bairros e localidades;
- A falta de educação sanitária que aparece vinculada à pobreza existente na região.

Especificamente em Recife, embora reconheçam como sendo essas as possíveis causas para o estado de Pernambuco liderar o ranking de incidência nacional, revelam-se contrariados com demonstrações diretas de preconceito desferidas nas redes sociais por cidadãos de outras regiões do país.

Observa-se que, principalmente nos grupos da região Nordeste, a preocupação existente em torno da doença aparece também permeada por alguns mitos acerca do surgimento e da transmissão do zika vírus:

- O vírus teria vindo da África, trazido pelos estrangeiros no período da Copa do Mundo;
- A modificação genética do mosquito feita pelas pesquisas científicas seriam as responsáveis por criar um mosquito mais nocivo e transmissor do zika.

“O povo ainda não sabe a gravidade disso, é uma coisa muito séria. Para o governo falar para evitar ter filho agora é porque a coisa é muito séria... Sem dizer que o governo colocou essa notícia para a população, mas não alertou a população de como agir.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“O culpado é a gente mesmo, pois todo mundo sabe que água parada é foco de dengue. Tem muitas pessoas que tem o terreno e fica lá parado só acumulando lixo. As pessoas passam jogam uma garrafa, um copo daí fica água e vai o mosquito.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“Isso é assustador, as crianças nascendo com problema e não tem onde tratar. A saúde já tem muito problema, não tem remédio, pessoas morrendo no corredor. São situações já assustadoras, com essa doença ficou muito mais complicado. Eu acho que falta apoio do governo, tem de orientar essas pessoas.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“Ainda existe muito mistério sobre o assunto. Por que em Pernambuco? Por que esse crescimento nos casos? A gente sabe de onde está vindo, mas as pessoas responsáveis na Secretaria de Saúde disseram que o

assunto é novidade para eles também. A gente quer uma explicação para isso, mas em vez de dar eles se calam porque não sabem de nada. Com isso a gente fica insegura sem saber se os casos podem aumentar.”
(18 a 30 anos, classe AB, Recife)

“Devido ao calor e a falta de água, as pessoas acumulam muita água de forma imprópria, às vezes você tem cuidado e o seu vizinho não tem.”
(31 a 45 anos, classe CD, Aracaju)

Os participantes dos grupos do Nordeste desconhecem ações das autoridades para enfrentar o problema de uma forma mais assertiva e efetiva. De maneira pontual, foram apontados alguns passos, ainda tímidos na percepção dos grupos, esboçados por diferentes esferas:

- Administração Municipal – intensificação do trabalho de inspeção dos domicílios pelos agentes de saúde. Ação essa apontada em Recife e em Natal. Em Aracaju não foram percebidas ações por parte da gestão municipal;
- Governo Estadual – Em Recife, foi mencionada apenas a reunião entre o Governador do estado e a Presidente, sem haver conhecimento dos resultados desse encontro. Em Natal e Aracaju, apreendeu-se desconhecimento de qualquer iniciativa ou posicionamento dos seus respectivos Governos Estaduais frente à questão;
- Governo Federal – Ocorreram menções sobre o pronunciamento do Ministro da Saúde acerca da microcefalia. O trecho do pronunciamento em que o Ministro pediu para as mulheres aguardarem para engravidar provocou certa polêmica, polarizando opiniões:
 - Na visão de uma parcela dos pesquisados, soou como um discurso alarmista, agravando o estado de “pânico” entre a população, sobretudo, entre as mulheres que já estão gestantes.
 - Entre outra parcela, a fala do Ministro foi bem recebida por representar uma recomendação com caráter de precaução, consonante com o momento de incerteza que envolve o diagnóstico ainda não preciso acerca da doença.

De forma pontual e, especificamente em Recife e no Rio de Janeiro, foi mencionado o acionamento por parte do Governo Federal da Fundação Fio Cruz para pesquisas científicas relacionadas ao vírus. Iniciativa essa bastante valorizada, mas ainda de conhecimento muito restrito. Observa-se que quando passa a ser compartilhada entre os participantes do grupo, tem-se uma aprovação consensual, sendo assim capaz de propiciar um olhar mais esperançoso frente à possibilidade de um desfecho positivo para o problema.

Afora essas ações, em todas as praças pesquisadas, os participantes manifestam preocupação e expressam que a gravidade da situação exige, por parte dos governos, ações compatíveis com a progressão acelerada da doença.

“Eu acho que está faltando mais é do Governo Federal, da Vigilância Sanitária, se moverem mais, juntamente com a ajuda da sociedade. Hoje é raridade eu ver o famoso carro fumacê passar no bairro, eu acho que quando passa, faz aquele serviço de meia boca.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“Isso entra no buraco de investimento em saúde do Governo. Não é a 1ª vez que a gente tem problemas com mosquitos. Tivemos várias epidemias sérias de dengue, deveríamos estar mais preparados.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Falta mais informação sobre isso. Como vou chegar na televisão e falar de repelente, pelo amor de Deus! Isso estou usando para o mosquito da dengue, mosquito normal, pernilongo. Estou falando de um mosquito que pode matar uma vida antes de nascer.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“Só falam que estão pesquisando e falando para as mães que tiveram bebês assim que procurem os hospitais para ter orientação de como proceder. A única iniciativa é falar, falar.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“Falta campanha de conscientização. O governo deveria investir mais nisso.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Eu acho estranho, pois não vejo justamente a questão da prevenção. A doença está aí, tem ações que podem ser feitas, mas não vejo nada, pelo menos onde eu moro não.” (18 a 30 anos, classe CD, Aracaju)

De uma forma geral, considerando-se todas as praças investigadas, a posição manifestada majoritariamente pelos participantes é que o país não está preparado para enfrentar o problema. A justificativa para essa opinião se baseia, quase sempre, na incapacidade de conter os surtos de dengue ao longo de muitos anos.

Somado a essa percepção, os participantes dos grupos, principalmente do Nordeste que se veem mais diretamente atingidos pelo problema, manifestam que os passos até o momento tomados estão sendo muito lentos para um problema que demanda urgência. Consideram as iniciativas ainda incapazes de tranquilizar a população ou mesmo conferir-lhe a sensação de que as autoridades estão desempenhando um esforço à altura da gravidade e urgência da situação.

“A saúde pública do jeito que está não está preparada para essa doença. Se para casos mais simples não há infraestrutura, imagina atender algo tão grande e inesperado.” (18 a 30 anos, classe CD, Aracaju)

“Eu acho que o país não está preparado para combater esse problema. Tem anos que vem tentando se recuperar da dengue e até hoje não consegue.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“Eu acho que as autoridades não estão preparadas, a única manifestação deles foi falar para as mulheres pararem de engravidar, então não estão preparados. Eles não conseguiram nem combater a dengue ainda.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

E ainda, há também a crença de que o problema da microcefalia afeta diretamente os cofres públicos, devido aos gastos que serão necessários para o tratamento das crianças.

“Eles têm de investir, se eles não acharem a cura para isso vai ser prejuízo para eles. Vai ter muita criança doente gerando mais custo para o governo porque isso é um problema de saúde pública.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“Eu acho que isso pode afetar diretamente o governo, se são crianças nascendo com deficiência, isso gera mais gastos aos cofres públicos porque são pessoas dependentes.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“É um custo para o Governo Federal, pois essa criança ela tem que ser acompanhada pelo resto da vida, com fisioterapia, psicólogos e tudo mais. As pessoas vão todas correr para o SUS, vai ter uma sobrecarga e vai ficar pior.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

Por outro lado, existe, entre outra parcela dos participantes, a confiança de que o Governo Federal será capaz de identificar as reais causas e soluções para a doença, através de estudos científicos. Citam a descoberta do tratamento de controle do HIV e a cura da poliomielite como exemplos do potencial das autoridades governamentais combaterem surtos ou epidemias graves.

“Confio por diversas situações: o caso do ebola foi contornado, o Brasil foi um dos países que criou o coquetel contra a AIDS. O Brasil tem capacidade de desenvolver uma forma de combater. Acredito que eles vão combater, se movimentar.” (18 a 30 anos, classe AB, Recife)

“O país tem estrutura para desenvolver pesquisas para conter o problema. Não sei se tem para tratar a doença.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

7.3 Desastre no Rio Doce

O desastre no Rio Doce é um tema de enorme familiaridade em todas as praças investigadas. Passados pouco mais de três semanas do episódio, observa-se que se trata de uma temática muito presente e vívida nas falas dos participantes dos grupos pesquisados.

A opinião geral dos grupos é de que, desde o rompimento das barragens da mineradora, as ações tanto do poder público quanto das empresas responsáveis, estão muito aquém das necessidades vividas pelas famílias vitimadas e comunidades atingidas. Também expressam a mesma opinião com relação aos desafios de recuperação ambiental, tendo em vista o estrago causado ao meio-ambiente.

A indignação diante dessa catástrofe é comum a todos os grupos nas praças investigadas, principalmente, em Belo Horizonte, onde também aparece um declarado sentimento de tristeza. É um episódio muito próximo dos belorizontinos, cujos representantes dos grupos realizados naquela capital mineira, se sentem diretamente atingidos pelo desastre.

Muitos conhecem bem a cidade de Mariana e pessoas que moram na região. As maiores preocupações são em relação às pessoas que perderam parentes, aos desabrigados, à destruição do distrito de Bento Rodrigues e ao impacto ambiental para o Rio Doce. Há, ainda, uma percepção da importância do rio para a população de diversas cidades ao longo do seu curso, o que amplifica o sentimento de pesar frente à tragédia.

Os participantes entendem como vítimas não apenas as famílias que perderam seus familiares, suas moradias e “toda a sua história” na tragédia, mas também a população ribeirinha do Rio Doce, os cidadãos que viviam de agricultura familiar e da pesca, os comerciantes das cidades afetadas e também toda a população da extensão de cidades atingidas pela lama, que, no momento da realização da pesquisa, vivenciavam o problema da falta de água.

Há também um declarado sentimento de indignação frente aos danos ambientais que, na visão de muitos, parecem irreversíveis. O discurso recorrente é de que o Rio Doce está morto, a fauna e a flora foram drasticamente afetadas e, agora que a lama atingiu o mar, tem-se também um estrago no ecossistema marinho. Entre alguns, o episódio é tratado como *“o maior desastre ambiental do país e um dos maiores do planeta”*.

Particularmente em Vitória, apreendeu-se significativa preocupação com a qualidade da água que a população capixaba das áreas atingidas está ingerindo ou venha a ingerir após a tragédia. Receiam que a contaminação do Rio Doce reverbere em efeitos nocivos para a saúde dos moradores.

“Foi uma tragédia anunciada. Só os dejetos que caíram no Rio Doce já mataram nove toneladas de peixe, sem contar o impacto na vida das pessoas. Não tem estimativa de quanto tempo vai levar para melhorar a vida das pessoas.” (31 A 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“A lama está espalhando e ela tem compostos químicos. Vemos os peixes morrendo, os pescadores estão sofrendo, pois, era o sustento deles. Dá tristeza.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“Muitas pessoas dependiam economicamente daquele rio. Muita gente perdeu casa, trabalho, a vida, tudo. Aquela área foi devastada, tudo vai começar do zero. Será muito complicado.” (18 a 30 anos, classe AB, Recife)

“A gente bebe água, mas ninguém sabe qual é a qualidade da água que a gente está bebendo. O pessoal está ligando a torneira, está saindo aquela água barrenta.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“Foi uma perda brutal de famílias, matando os peixes do mar, do rio. Uma obra que era bem antiga e não foi bem supervisionada. Poderiam ter feito alguma coisa e agora que estourou a situação só a população mesmo para ajudar.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

“É muito triste! Acabou com a fauna, com a flora, com tudo, matou um monte de inocente.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“É o maior desastre ambiental do Brasil. Destruiu o Rio Doce por não sei quantas vidas. Muita gente está sendo impactada, mas nem temos a dimensão ainda. Dizem que o rejeito de minério não causa problema, mas se descobrem câncer nas famílias daqui a alguns anos? Também não dizem se estão cuidando das outras que podem romper a qualquer momento.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

Em se tratando da atribuição de responsabilidades pelo desastre no Rio Doce, é apontada uma divisão de responsabilidades entre dois agentes: de um lado, as empresas mineradoras; de outro, o poder público.

Às empresas são atribuídas responsabilidades por:

- Não ter feito a manutenção adequada para evitar que as barragens se rompessem;
- Ter prosseguido com a atividade mineradora à revelia dos riscos apresentados;
- Não ter acionado um sistema de alerta para os trabalhadores e para a população local na iminência do acontecimento.
- Não ter apresentado respostas rápidas para minimizar os danos e impactos provocados pelo rompimento das barragens.

Ao poder público são atribuídas responsabilidades por:

- Não ter fiscalizado corretamente as condições de segurança das barragens;
- Ter sido negligente no licenciamento para a continuidade das atividades de mineração nas barragens que apresentavam riscos;

- Não ter apresentado respostas rápidas para minimizar os danos e impactos provocados pelo rompimento das barragens.

No calor da discussão sobre a atribuição de responsabilidades, surgem relatos de que, à exemplo do que ocorreu no desastre do Rio Doce, inúmeras outras obras/negócios de diversos segmentos passam pelo mesmo processo de negligência na fiscalização e ausência de medidas de segurança tanto por parte da iniciativa privada quanto do poder público. Citam a tragédia da Boate Kiss como um exemplo dessas práticas.

“A empresa tem culpa, mas ela só fez isso porque o governo deixou. Se tivesse uma fiscalização que realmente seguisse as normas, isso não aconteceria.” (18 a 30 anos, classe AB, Porto Alegre)

“Não houve um sistema de sirene da empresa, não teve nada que identificasse os funcionários, quanto mais pessoas de fora. Quem está trabalhando não tem a segurança que pode acontecer algo, imagina quem não está esperando?” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“Se a empresa tomasse seus cuidados não teria rompido. Se o Governo fiscalizasse não teria rompido. O Governo é tão culpado quanto a empresa.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Foi vista grossa. O problema é que o dinheiro fala mais alto em várias coisas. Em qual ocasião fizeram vistoria daquilo? Onde estão os técnicos ambientais?” (18 a 30 anos, classe CD, Recife)

“Quem fiscaliza, fez vista grossa com a rachadura que já deveria estar lá há anos. A Samarco não tomou providências, o governo não tomou providências.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“No mínimo, o governo tinha que ser mais rígido, cumprir as leis, ser mais rígido com as empresas de modo geral. Não só por conta dessa, mas que pode vir outras.” (18 a 30 anos, classe AB, Aracaju)

Em Belo Horizonte, foram observadas nuances um pouco diferentes na questão da atribuição de responsabilidades pelo desastre. Todos culpam a mineradora (Samarco) e suas controladoras (Vale e BHP) e também os órgãos responsáveis pela fiscalização. Muitos participantes dos grupos belorizontinos reproduzem a notícia de que havia apenas três fiscais para fiscalizar as barragens de todo o estado.

Apesar de haver o reconhecimento da corresponsabilidade de órgãos fiscalizadores, para os grupos mineiros, a grande culpada é a própria mineradora. Todos os participantes são unânimes em apontar a responsabilidade da empresa em indenizar as vítimas, reconstruir o distrito atingido e recuperar os danos ao meio ambiente, onde for possível.

“Foi imprudência da empresa, porque ela poderia ter colocado um alerta, fazer saída de emergência, treinar o pessoal para caso houvesse

esse desastre. Mas não, pegou todo mundo desprevenido.” (18 a 30 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“Acho que o governo tinha que obrigar a Samarco a construir nova cidade, com as casas, com tudo. É responsabilidade da Samarco arcar com o prejuízo e do governo cobrar.” (18 a 30 anos, classe AB, Belo Horizonte)

Contudo, é importante observar que, embora não haja nenhuma condescendência com a empresa mineradora, foi recorrente a opinião dos participantes de que a empresa deva ser punida, mas não deva ser fechada, não deva ter suas atividades interrompidas. Muitos participantes fizeram questão de afirmar que o desastre não pode ocultar o fato de que a mineração é a vocação do estado, é importante para a economia e que um eventual fechamento da empresa traria consequências ainda piores para a região de Mariana. Há, portanto, um desejo de que os culpados sejam responsabilizados, mas que as atividades da empresa continuem em condições mais seguras.

“A atividade mineradora para o país e para o estado é fundamental, mas a Samarco tem que se posicionar. O Prefeito está desesperado de perder a Samarco porque é a única fonte de receita da cidade hoje. Minas Gerais está amedrontada.” (31 a 45 anos, classe AB, Belo Horizonte)

“Eu acredito que a Samarco deve ficar em Mariana sim, porque já tiraram a licença dela para 2016 e se ela não tiver renda, o pagamento de impostos para o município de Mariana acabou.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

No que tange às ações do Governo Federal frente à questão, a iniciativa mais conhecida é a multa aplicada à empresa. Somente alguns poucos participantes dos grupos sabiam sobre a liberação do FGTS para as vítimas. Quanto à antecipação do pagamento do Bolsa-Família para os beneficiários atingidos pelo desastre, foi apreendido total desconhecimento. Pontualmente foi mencionado que o Governo acionou técnicos da Marinha para examinar o grau de contaminação das águas afetadas e que o Exército foi acionado para ajudar na distribuição de água nas cidades afetadas do Espírito Santo.

Somente nos grupos de Belo Horizonte foi observado amplo conhecimento de que a Presidente sobrevoou a área atingida pelo desastre, sendo essa atitude considerada tardia. Nas demais praças, o conhecimento sobre esse fato se mostrou predominantemente nulo entre participantes.

Em se tratando das iniciativas do Governo Federal, a multa é considerada correta e também “o esperado”. No entanto, existe a percepção de que o valor aplicado tenha sido muito baixo e incompatível à enorme dimensão da tragédia.

Além disso, surgem críticas às “manobras” judiciais que a empresa mineradora tem apresentado para recorrer judicialmente do pagamento. Frente a isso, a expectativa dos participantes é que o Governo Federal haja com rigor e estipule urgência no pagamento

das multas cabíveis à empresa para que os recursos sejam repassados às vítimas o mais rápido possível.

“Uma coisa que deveria ser feita é liberar esse dinheiro da multa mais rápido para as pessoas. Infelizmente quem morreu não tem jeito, mas quem ficou tem de recomeçar a vida o mais rápido possível.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“Já tem 1 mês e os pescadores de Regência, os moradores que têm pousada, não receberam nenhum centavo até agora. Houve uma solicitação judicial para que eles recebessem a indenização... E agora o Judiciário vai entrar de recesso e a solução definitiva ainda não tem.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

De conhecimento muito restrito espontaneamente, a liberação do FGTS das vítimas e a antecipação do Bolsa Família, ao serem estimuladas, despertam alguma polêmica:

- A priori, alguns acham a medida correta enquanto auxílio emergencial. Tem-se a visão de uma ação válida, mas não suficiente, apenas um paliativo que pode conferir algum “alento” às vítimas;
- Para outros, a medida é alvo de indignação e contrariedade: observam que o FGTS é um direito dos trabalhadores, não se trata de uma ajuda governamental propriamente dita. Afirmam que as vítimas não deveriam ter que gastá-lo para cobrir prejuízos que não são de sua responsabilidade.
- A antecipação do Bolsa Família também é considerada correta, mas pouco relevante financeiramente diante do tamanho dos prejuízos das famílias vitimadas.

Pontualmente, foram feitas críticas ao fato da iniciativa fugir ao objetivo do programa, voltado à *“alimentação das crianças que estudam”*, bem como ao fato de *“contar com o dinheiro que é do próprio cidadão”*, não conotando assim como um auxílio efetivo por parte do Governo.

“Qualquer ajuda nessa situação é bem-vinda. Tem que liberar o bolsa-família para quem precisa mesmo. Está certíssimo.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Eu acho errado, pois o FGTS é investimento do cidadão que trabalha e não imaginou usar dessa forma. O governo deveria ajudar as famílias por conta do governo, não por conta do direito que o cidadão já tem e que poderia usar para algo pessoal dele.” (18 a 30 anos, classe CD, Aracaju)

“A liberação do FGTS é uma forma que consideramos não ser muita coisa, mas é uma maneira de tratar daquelas pessoas que estão precisando naquele momento. Realmente não vai trazer uma vida, não

vai dar casa, mas é uma ação social que, de alguma forma, está tentando modificar aquilo. Mas realmente deveria ter um fundo promovido pelo Governo Federal para dar essa assistência econômica para as pessoas.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“A antecipação do bolsa-família é emergencial, vai ajudar em alguma coisa. Nesse momento, qualquer ajuda é bem-vinda.” (31 a 45 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Isso é o mínimo a fazer para as pessoas tentarem recomeçar. Na verdade o próprio governo teria que pagar, e não fazer as pessoas investirem o dinheiro delas. A liberação do FGTS faz com que as pessoas arquem com as consequências.” (31 a 45 anos, classe AB, Porto Alegre)

“Um dinheiro que você poderia usar para comprar a sua casa, usar em um momento de doença, pois não sabemos o dia de amanhã... Mas de repente tirar um dinheiro que é seu para ajudar em algo que a irresponsabilidade foi de outra pessoa.” (18 a 30 anos, classe AB, Aracaju)

Diante do cenário compreendido até o momento, os pesquisados esperam um plano de ação por parte das empresas mineradoras e do Governo para minimizar os danos humanos e ambientais.

Defendem que o Governo Federal puna rigorosamente as empresas por meio de uma multa financeira, acompanhada da obrigatoriedade de reparação ambiental do Rio Doce e da indenização de todas as vítimas. Defendem ainda que os valores arrecadados pelo Governo Federal através da multa sejam integralmente aplicados no ressarcimento às vítimas e na recuperação ambiental.

Há uma parcela dos grupos investigados que defende a criação, por parte do Governo Federal, de um fundo de amparo às vítimas enquanto as questões judiciais envolvendo punições, multas e indenizações não se resolvem. Na esteira dessa discussão, evidencia-se entre muitos participantes o temor de que o problema “caia no esquecimento”, deixando todos aqueles que foram, direta ou indiretamente, afetados “órfãos” de indenizações ou amparo.

“Todo mundo está esperando para ver como o Governo vai lidar com isso. Não acompanhei muito, mas tenho a percepção de que não estão fazendo nada de efetivo.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“Primeiro o governo deveria tomar providência e depois cobrar.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“A multa não deveria ser revertida para o estado, deveria ser revertida para a população que está sofrendo.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“O governo tem que tomar providências e apresentar soluções. No momento, tem que ter agilidade. Providenciar moradia, estrutura, alimentação, saúde. Depois entra com as questões processuais. É uma questão mais humana, não adianta chegar na Samarco e falar que eles tem de pagar isso e isso. Não, antes tem que fornecer suporte. Depois julga.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Em primeiro lugar tem que ter uma investigação forte para achar os responsáveis, ver os impactos causados e a multa. Eu espero que esse dinheiro arrecadado vá para as pessoas como indenização.” (31 a 45 anos, classe CD, Belo Horizonte)

“O governo tem que dar uma punição exemplar aos responsáveis. Estudar o prejuízo, dar um valor correto e aplicar.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

7.4 A Comunicação do Governo Federal

A demanda por respostas sobre os problemas relacionados à atual conjuntura se manifesta de forma clara. Os participantes dos grupos esperam uma postura de transparência por parte do Governo Federal para lidar com os assuntos em pauta que estão afligindo o cidadão brasileiro. As expectativas são de que a Presidente faça um pronunciamento oficial em rede nacional de televisão e rádio (e também reproduzido na internet), objetivando tranquilizar e esclarecer a população sobre o problema da microcefalia e, em se tratando do desastre no Rio Doce, apontando um plano de ação para daqui em diante.

“O Governo Federal poderia ser claro e verdadeiro com toda nação, falar a real situação que o país vive, financeira, sobre a microcefalia e tudo mais. Tem que ser dita a verdade. Talvez isso cause um impacto nas pessoas e talvez as pessoas se preocupem mais.” (18 a 30 anos, classe CD, Aracaju)

“Eu acho que quanto mais o Governo Federal passar para a população o que eles estão pensando em fazer, o que estão fazendo, é melhor, deixa a população mais tranquila. Não pode deixar o pessoal sem informação, mas tem de passar informação e agir também.” (31 a 45 anos, classe CD, Recife)

Entre os pontos demandados com maior ênfase, se destacam:

- **MICROCEFALIA**
 - Formas de prevenção;
 - Causas;
 - O que está sendo feito pelo Governo Federal em relação ao problema;

- Estrutura na rede pública de saúde para atendimento das gestantes e crianças afetadas:
 - Haverá contratação de profissionais de saúde especializados para lidar com o tratamento da doença?
 - Haverá profissionais especializados para fazer o acompanhamento psicológico para as mães das crianças afetadas?
- Andamento dos estudos/pesquisas para combate do vírus;
- Evolução da doença no país.
- **DESASTRE NO RIO DOCE**
 - Responsáveis pelo desastre e punições previstas;
 - Dimensão dos danos ambientais e humanos;
 - Informações sobre a multa aplicada à empresa mineradora e seus destinos;
 - Ações de prevenção para evitar novos rompimentos de barragens;
 - Ações do Governo Federal para amparo/auxílio às vítimas;
 - Ações dos órgãos responsáveis para recuperação ambiental;
 - Como amenizar o impacto ambiental? Como será a recuperação do Rio Doce?
 - Como as vítimas devem proceder e a que órgão devem recorrer para obter auxílio por parte do Governo Federal?;
 - Desdobramentos para a saúde pública em virtude do contato com as áreas contaminadas pelos rejeitos químicos;
 - Previsão de resolução dos danos humanos e ambientais ocorridos.

No que tange ao problema da microcefalia, além da comunicação veiculada pelas mídias de massa, os participantes dos grupos sugerem que, em paralelo, sejam feitas campanhas de conscientização de uma forma mais educativa e inserida ao dia-a-dia dos cidadãos. Nesse sentido, as sugestões se voltam para:

- Cartilhas/Folhetos explicando, didaticamente, as causas, os sintomas da doença e, sobretudo, os métodos de prevenção e cuidados. Sugerem que esse material seja distribuído em escolas, nas comunidades, em locais de grande fluxo de pessoas e em postos de saúde;

- Palestras de agentes de saúde dentro das comunidades e escolas.

“Estipular pessoas para em cada bairro estar dando palestras. A sociedade tem que se conscientizar que essa doença não é uma brincadeira, ela mata.” (31 a 45 anos, classe CD, Vitória)

“Pega uma escola do bairro e divulga para todo mundo, a criança vai levar isso para casa. Tem de trabalhar com as escolas, com as igrejas, com associações de bairro. O poder emana do povo, então vamos trabalhar com o povo para resolver o problema do povo.” (31 a 45 anos, classe CD, Aracaju)

(Microcefalia) “Precisa de conscientização, as pessoas tem que conscientizar. Vai até as escolas, faz uma palestra. Os adolescentes tem que saber o que está acontecendo.” (31 a 45 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

(Microcefalia) “Tem que mostrar as medidas que estão sendo tomadas, com transparência. Vamos mandar agente de saúde em parceria com o Governo Federal e municipal.” (31 a 45 anos, classe CD, São Paulo)

(Microcefalia) “Esclarecer as consequências, se vai ter estrutura nos sistema de saúde e médicos para ajudar no tratamento.” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

(Microcefalia) “Explicar as causas, as medidas tomadas, o que a população pode fazer, o que o Governo Federal está fazendo.” (31 a 45 anos, classe AB, Aracaju)

(Rio Doce) “Acho que tem que dizer também o que vai acontecer a curto e longo prazo. Vai ficar sem água? Os peixes vão morrer? O que vai ser feito em relação a isso? O que vai acontecer com o meio ambiente, com as pessoas, todo mundo que foi prejudicado? O que vão fazer para ajudar?” (18 a 30 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

(Rio Doce) “Divulgar um programa de prevenção para evitar outros desastres.” (18 a 30 anos, classe CD, Recife)

(Rio Doce) “Divulgar quem foi o responsável e as medidas que vão ser tomadas. Se vão dar apoio para as pessoas, as medidas de prevenção porque a outra barragem pode estourar também. Onde as pessoas podem encontrar apoio.” (18 a 30 anos, classe CD, Porto Alegre)

(Rio Doce) “Explicar se realmente esse dinheiro da multa da empresa vai para a população, vai para a construção. Como vai ficar quem foi atingido?” (18 a 30 anos, classe CD, Recife)

7.5 Avaliação dos Vídeos

7.5.1 Avaliação Filmes Programa de Proteção ao Emprego



O comercial encontrou maior ressonância entre os grupos das classes CD, que consideraram bastante positiva a proposta de criação de um programa destinado à “manutenção do emprego”. A proposta vai ao encontro de um dos maiores fatores de apreensão e medo de grande parte dos trabalhadores: o desemprego. Sem sombra de dúvidas, o tema é de enorme relevância e sinaliza para uma iniciativa positiva por parte do Governo Federal de estar buscando alternativas para driblar o problema.

Em geral, a mensagem central foi facilmente apreendida pelos participantes:

- Trabalhar menos horas, ganhar menos, porém manter o emprego;
- É uma forma encontrada pelo Governo Federal para a manutenção do emprego;
- É uma atitude do Governo Federal para a atual conjuntura;
- Trata-se de uma medida para ajudar o trabalhador → “Uma saída para a crise”.

Especificamente em São Paulo, alguns participantes mencionaram que a redução da carga horária para manter o emprego já está acontecendo nas suas realidades profissionais.

Apesar da “boa intenção” percebida no Programa de Proteção ao Emprego entre o público CD, o comercial deixa algumas dúvidas (também presentes entre o público AB).

“Passa esperança, novas possibilidades, saída. Mostra que o Governo está se mexendo, fazendo alguma coisa. Infelizmente, só para a indústria.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Deixa claro que, apesar da crise, eles esperam que a situação melhore. Pelo menos alguma medida foi tomada.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

Nesse sentido, as principais dúvidas levantadas pelos pesquisados são:

- Como o governo vai repor as perdas salariais? (Ressalte-se ser essa é a principal dúvida);
- De onde o Governo Federal vai tirar recursos para repor as perdas salariais, considerando-se que o país está “sem caixa”? “Quem vai pagar essa conta?”
- Qual o perfil do trabalhador que está apto a participar do Programa?
- Qual o segmento de atuação/porte das empresas que poderão aderir ao Programa?
- E quando a crise passar, a situação do empregado voltará a ser como antes?
- Quanto tempo o Programa vai durar?
- A adesão ao Programa será facultativa?

Como ponto negativo do Programa de Proteção ao Emprego, tem-se a percepção de que:

- Com a redução dos salários, os trabalhadores envolvidos terão dificuldades para pagar contas, haverá impacto na qualidade de vida, haverá redução dos gastos, haverá aumento da inadimplência.

Entre os participantes dos grupos das classes AB, a opinião predominante é de que o Programa proposto apresenta uma solução paliativa, que tem potencial de amenizar uma angústia mais imediata dos trabalhadores, mas não se mostra capaz de resolver o cerne do problema do desemprego: a crise econômica. Somado a isso, existe a percepção de que a medida não traz solução para “a grande massa” de brasileiros que já se encontra desempregada na atual conjuntura. Esse segmento aponta ainda como aspecto negativo a falta de maior esclarecimento sobre os percentuais de redução da carga horária *versus* redução do salário.

Quanto aos aspectos de execução da propaganda, observa-se que:

- O personagem central é bem avaliado por representar bem um trabalhador típico brasileiro, desempenhando sua atividade profissional e também em atividades do seu cotidiano. Além disso, passa satisfação e demonstra estar confiante, transmitindo uma postura positiva em reflexo da sua estabilidade empregatícia.
 - Com menor ênfase, é criticado o fato do personagem estar “contente demais”, sendo percebido um tom demasiadamente forçado de satisfação;

- Gera menor identificação entre os participantes das classes AB: *“é o peão, o empregado do chão de fábrica”*.
- O cenário também é bem aprovado: representa o dia-a-dia, o cotidiano dos trabalhadores.
- O tipo de negócio/empreendimento apresentado é outro ponto merecedor de atenção:
 - Transmite a ideia de que o Programa se adequaria somente às empresas de grande porte, às multinacionais → O contexto apresentado remete predominantemente ao setor industrial ou empresas de grande porte, o que gera pouca identificação entre parcela significativa dos participantes dos grupos.

“Foi feito para a indústria, para empresa grande. Só para as grandes empresas.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“Mas isso é para grandes empresas que conseguem fazer turnos. Se você só tem um funcionário não tem como reduzir a carga horaria dele.” (31 a 45 anos, classe AB, Aracaju)

“O grande foco é o chão de fábrica.” (18 a 30 anos, classe AB, Natal)

As palavras utilizadas para traduzir o comercial são predominantemente positivas: trabalho, otimismo, estabilidade, garantia, realidade, esperança, iniciativa, confiança, sobrevivência.

Como saldo, há elementos positivos no vídeo apresentado, mas as respostas às dúvidas mencionadas parecem determinantes para a aprovação e credibilidade da proposta do Programa de Proteção ao Emprego.

“Mostra que o governo está tomando medidas. Mostra que eles estão se preocupando com a melhora. Só senti uma falta da informação de quanto sua jornada e seu salário podem ser reduzidos.” (18 a 30 anos, classe AB, Rio de Janeiro)

“É lindo na teoria, mas o governo vai impor isso às empresas? O empresário vai querer isso? Não sei qual a ajuda o governo vai dar nesse programa.” (18 a 30 anos, classe AB, Natal)

“Positivo porque você continua empregado, tem estabilidade. Traz estabilidade num momento tão de crise. Pode arrumar outro emprego no tempo que sobrou.” (31 a 45 anos, classe AB, Vitória)

“Ele quer passar segurança ao trabalhador. Só isso. Se for verdade, ótimo. Ele dá uma resposta para os trabalhadores. O objetivo é tranquilizar.” (18 a 30 anos, classe AB, Aracaju)

“Quer mostrar que o país está em crise e que estão tentando fazer alguma coisa para contornar.” (31 a 45 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

“Ficou vago no final, quando ele fala que vai repor esse valor. Vai repor como?” (31 a 45 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

“O governo vai colocar o restante do salário? Eu entendi que vai diminuir o trabalho, menos carga de horário e o salário, mas o governo vai repor?” (18 a 30 anos, classe CD, Natal)

“Falta informação. No fim fala que o Governo vai repor o valor que ficou pela metade. Como?” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Ponto positivo é que a pessoa não vai ficar sem trabalho, não vai ficar desempregada. Vai pingar, não vai secar.” (18 a 30 anos, classe CD, São Paulo)

“Eles diminuíram a carga horária e o salário, mas mantiveram os empregados. O brasileiro é empreendedor, pode investir em outra coisa. Vai perder um pouco de dinheiro, mas vai ganhar tempo. Pode arrumar outro trabalho. É uma boa saída.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)



Os resultados indicam que o comercial possui uma boa mensagem, tendo em vista a abordagem de um tema que possui relevância para a retomada econômica do país. Positivamente, produz o reconhecimento de que as exportações possam ser um caminho para o país voltar a crescer, despertando ideias de crescimento, geração de emprego, aumento de capital e aquecimento da economia.

Há claro entendimento dessa mensagem, que se mostra capaz de despertar um olhar favorável, embora ainda pareça vaga e um pouco distanciada da realidade presente.

Ao definirem o filme em uma palavra, observa-se que a grande maioria dos participantes dos grupos expressa definições positivas: oportunidade, emprego, expansão, esperança, desenvolvimento, futuro e empreendedorismo.

Contudo, foram levantados alguns ruídos:

- Incômodo pelo tom exagerado de bom andamento da produção nacional;
- Representação distanciada de uma empresa em padrões diferentes da realidade.

A percepção geral dos participantes é de que o contexto demonstrado fica situado em uma dimensão do “não é para mim, é para grandes negócios”, além de ser uma dimensão compreendida como não condizente com a típica realidade empresarial brasileira. Declaram que a “empresa perfeita” e a “produtividade a todo vapor” apresentadas no filme não fazem parte das suas vidas profissionais. Há certo distanciamento entre o conteúdo apresentado e a realidade percebida pelos participantes dos grupos.

“Está surreal, uma empresa modelo totalmente fora da nossa realidade.”
(31 a 45 anos, classe AB, Natal)

“Não condiz, não tem compatibilidade nenhuma com a realidade.” (18 a 30 anos, classe AB, Aracaju)

Nos grupos de classes AB, mencionam como aspecto negativo a falta de algumas informações como, por exemplo, quais empresas podem se beneficiar do plano, quais são as taxas de financiamento.

Além dessas, para todos os grupos, há outras informações que demandam esclarecimento:

- Como o empreendedor pode obter o auxílio do BNDES?
- Como funciona o “programa de exportações”?
- As microempresas poderão ter acesso ao crédito?

“Vago. Bonito na teoria. Na prática não é nada disso. Eu disse vago porque o programa nacional de exportação é o quê? Não fala qual o plano, como funciona, como se adere, como as empresas entram.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“É uma coisa legal, dá certa esperança. Mas a gente sabe que não é assim que funciona.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Achei bonito, não vou mentir. Mas é surreal, está além da realidade do que nós vivemos, a realidade do povo brasileiro. É utópico, é puro marketing, essa propaganda quer que a massa acredite que está

acontecendo tudo muito bonito assim, mas não é.” (31 a 45 anos, classe CD, Aracaju)

“Passa uma perspectiva de crescimento para o Brasil mas acho que é uma questão de interesse, vai chamar atenção de quem tem interesse nisso, eu não tenho nada a ver com exportação. E só em São Paulo que tem empresas desse tamanho.” (31 a 45 anos, classe AB, Aracaju)

“Traz a imagem de emprego, abertura de mercado. Mas isso serve para grandes empresas e indústrias.” (18 a 30 anos, classe AB, São Paulo)

“Está falando com os grandes empresários. O cenário é o mundo, está tudo muito bonito, muito perfeito. Você que é do Nordeste, não se vê ali.” (31 a 45 anos, classe AB, Natal)

“Eu não acredito, não condiz, não tem credibilidade nenhuma com a realidade de agora. Mostra uma empresa investindo na crise, mas se o consumo das coisas está diminuindo, como vai fazer produtividade? Não tem lógica.” (18 a 30 anos, classe AB, Aracaju)

“Eles mostram que está tudo dando certo, funcionando, mas não é bem assim.” (18 a 30 anos, classe AB, Natal)

As disposições favoráveis à mensagem acerca da exportação como *“uma das saídas para a crise”* são comprometidas pela sensação de distanciamento provocada pelo contexto e ambientações apresentados, assim como pela percepção de *“exagero”* sentido no tom de bom andamento do setor produtivo nacional.

“Não parece real, é fictício. Fala de aumento de exportação, mas o que temos ouvido e visto não é isso. Está fora da realidade.” (31 a 45 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

“Eles estão querendo passar que algo está sendo feito. Eles querem passar que o Brasil está produzindo. Mas na verdade na empresa de automóveis estão mandando pessoas embora.” (31 a 45 anos, classe CD, Rio de Janeiro)

A ATUAL CONJUNTURA

Quando se fala em situação econômica do país em 2015, de imediato, surgem nos grupos pesquisados associações com o aumento do desemprego, aumento dos preços nos supermercados e na conta de luz e de combustível, e também com os escândalos de corrupção e a turbulência no cenário político.

A percepção geral é de que a situação econômica do país está bastante ruim, em um movimento descendente, sendo o aumento da inflação, a perda do poder de compra e o aumento do desemprego os principais balizadores dessa percepção.

Apesar desse cenário, também aparecem entre os participantes de diferentes grupos, sentimentos de otimismo e esperança em relação ao ano de 2016. Os participantes ouvidos têm confiança de que serão capazes de “se virar”, mesmo diante da crise, se adaptando à nova realidade de contenção de gastos, se privando do consumo de alguns itens básicos e outros supérfluos, e, encontrando artifícios para obter alguma renda extra.

Especificamente no Rio de Janeiro, foi observado um otimismo mais proeminente entre os participantes, baseado principalmente na realização das Olimpíadas naquela capital carioca e na perspectiva de que o evento proporcione aquecimento econômico e geração de empregos, mesmo que temporários.

Relativamente à importância dos estudos na atual conjuntura, independentemente da classe social, da faixa etária ou da região onde os grupos foram realizados, os participantes reconhecem que os estudos e a busca por uma maior qualificação profissional continuam sendo os principais instrumentos para o sucesso no mercado de trabalho.

CASOS DE MICROCEFALIA

A microcefalia é um assunto que sensibiliza e fomenta bons debates entre os grupos de diferentes regiões. Todos os participantes se dizem preocupados, alguns em maior e outros em menor grau, evidenciando-se que ninguém está indiferente ao tema. Ainda há bastante desinformação quanto ao que está sendo feito pelas autoridades para o enfrentamento do problema.

No momento de realização da pesquisa, os participantes reclamavam da falta de divulgação e, principalmente, informação acerca da doença, suas causas, diagnóstico e meios de prevenção. Pontualmente, foram citadas ações municipais / estaduais como a retomada com maior frequência da fiscalização pelos agentes de saúde em alguns bairros, e, por parte do Governo Federal, o investimento em pesquisas científicas através da Fundação Fiocruz.

Contudo, em geral, prevalece a percepção nos grupos que faltam atitudes mais efetivas por parte das autoridades (de todas as instâncias) no que diz respeito ao enfrentamento da questão. Os participantes manifestam preocupação e expressam que a gravidade da situação exige, por parte dos governos, ações compatíveis com a progressão acelerada da doença.

Predomina, entre os participantes dos grupos, a sensação de que o Brasil não está preparado para enfrentar esse problema. Citam como exemplo a dificuldade em conter os surtos de dengue ao longo dos anos. Além disso, questões estruturais como falta de saneamento básico e educação sanitária – principalmente por parte da população mais carente – funcionam como agravantes para a visão de despreparo do país.

Segundo os resultados apreendidos, as expectativas são de que o Governo Federal, juntamente às esferas estaduais e municipais, atue em três frentes:

- Conscientização da população, através de campanhas de massa e também por meio de campanhas de “corpo a corpo” junto às escolas, comunidades, postos de saúde, associações de bairro, etc.;
- Ações concretas de melhoria na estrutura urbana (saneamento básico);
- Intensificação na fiscalização das moradias.

DESASTRE NO RIO DOCE

Em todas as praças investigadas, ao se levantar o tema em questão, o sentimento de indignação se manifesta de forma bastante explícita. Para alguns participantes esse sentimento se intensifica especialmente em função do prazo transcorrido, três semanas, e a implantação de poucas ações efetivas por parte das empresas responsáveis e das autoridades competentes.

Afora as ações concretas de voluntariado dos cidadãos brasileiros de todas as partes do país, os participantes demonstram baixo conhecimento de iniciativas ou programas de amparo às vítimas que sejam oriundos das esferas governamentais ou das empresas responsáveis por esse desastre.

No que tange às expectativas de ações do Governo Federal frente à questão, de uma forma geral, os participantes acreditam ser fundamental:

- Punir com rigor os responsáveis, inclusive com multas;
- Fiscalizar mais e melhor todas as barragens existentes no país;
- Exigir da empresa responsável medidas de reparo imediato das barragens que ainda apresentam riscos de rompimento;

- Cobrar para que a empresa responsável cumpra, rigorosamente, suas obrigações de indenização a todas as vítimas e trabalhe na recuperação total dos danos ambientais;
- Desenvolver e apresentar um plano de ajuda e investimento para as cidades atingidas, e, sobretudo, para as pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram suas vidas ou seus negócios afetados;

E ainda:

- Fornecer auxílio imediato às famílias atingidas, sem aguardar as decisões judiciais que dizem respeito ao pagamento de multas e indenizações pelas empresas mineradoras, pois entendem que as necessidades das vítimas são emergenciais, não podendo ficar condicionadas ao ritmo das decisões judiciais.

A COMUNICAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Os resultados apreendidos sugerem uma comunicação mais eficaz por parte do Governo Federal para os problemas relatados nesse estudo.

Há demanda por esclarecimentos sobre questões que envolvem o que está sendo feito no presente, bem como as medidas/ações planejadas para curto e médio prazo – tanto no episódio do Rio Doce, quanto no desafio da microcefalia. A agilidade nas ações de comunicação é fundamental nesses casos.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMUNICAÇÃO SOBRE A MICROCEFALIA

- Tratamento:
 - Como será o tratamento às crianças afetadas?
 - Como será a assistência psicológica às mães das crianças afetadas?
- Combate à doença / pesquisas:
 - O que está sendo feito pelas autoridades para combater a doença?
 - Como o governo está atuando no que tange às pesquisas científicas sobre a doença?
 - Resultados das pesquisas científicas realizadas até o momento.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMUNICAÇÃO SOBRE O DESASTRE NO RIO DOCE

- Informações básicas sobre o desastre:
 - Responsáveis e punições previstas;
- Medidas de auxílio/amparo às vítimas e de recuperação do meio-ambiente:
 - O que será feito, de imediato, em favor das vítimas?
 - O que será feito para recuperação dos danos ambientais?
 - O que as vítimas devem fazer para obter auxílio por parte do Governo Federal? A quem devem recorrer?
- Informações sobre a multa aplicada e seus destinos:
 - A multa aplicada à empresa foi/está sendo paga?

- Qual será o destino do recurso arrecadado com a multa?
- Informações sobre os desdobramentos acerca da questão
 - Como amenizar o impacto ambiental? Como será a recuperação do Rio Doce?
 - Previsão de resolução dos danos humanos e ambientais ocorridos.

Anexo I – Roteiro

PESQUISA AD HOC CONJUNTURA

1. INTRODUÇÃO – 05 MINUTOS

- Apresentação da dinâmica, importância da participação, papel do moderador.
- Breve apresentação dos participantes: nome, idade, estado civil/ se tem filhos(as), profissão/ o que faz.

2. TRABALHO E DESEMPREGO – 15MINUTOS

Gostaria de começar esse bate-papo conversando sobre um tema bem importante na vida de todo mundo aqui, que é a situação do Brasil e os seus reflexos na vida da gente.

- De modo geral, como vocês acham que está a situação econômica do país em 2015? Melhor, igual ou pior que o início do ano, quando começou a crise? Por que acham isso?
- Estão otimistas ou pessimistas em relação aos próximos meses e ao próximo ano?
- E em relação ao trabalho de vocês, estão satisfeitos, insatisfeitos? Pretende continuar no mesmo trabalho?
- Quem não está trabalhando, está procurando emprego? Como tem sido?
- Em relação ao próximo ano, vocês acham que surgirão mais oportunidades de trabalho? Por quê? O que faz vocês acharem isso (sejam positivas ou negativas as respostas)
- Vocês têm seguido os estudos, estão fazendo faculdade ou pós-graduação. E cursos técnicos, profissionalizantes, alguém tem feito?
- Pelo que vocês têm visto por aí, os estudos tem ajudado a conseguir trabalho? Esses cursos profissionalizantes ajudam? Vocês têm exemplos para contar de como esses cursos têm ajudado a vida de vocês?

3. CASOS DE MICROCEFALIA – 30 MINUTOS

Agora, gostaria de conversar com vocês a respeito de um problema que tem surgido no Brasil e vem preocupando algumas pessoas.

- Vocês ouviram falar de casos de microcefalia no nordeste? Sabem o que é isso? Conhecem alguém que teve de lidar com isso?
- E sobre esse vírus, o zyka, vocês já tinham ouvido falar? Sabem como é transmitido?
- Vocês estão muito preocupados, pouco preocupados ou tem um receio moderado? Acham que isso pode se espalhar mais?
- Vocês sabem de alguma iniciativa por parte das autoridades para enfrentar esse problema? Sabem o que tem sido feito pelo seu Estado? E pelo seu Município?
- Quanto ao Governo Federal, vocês sabem de alguma iniciativa?
- Se esses casos se espalharem mais, vocês acham que o Brasil está preparado para lidar com isso e resolver o problema? Explorar as razões.
- Vocês confiam que o Governo Federal encontrará soluções? O que os faz a pensar assim? (explorar razões tanto para aqueles que confiam quanto para os que não confiam)

4. DESASTRE DO RIO DOCE – 30 MINUTOS

Agora eu quero conversar com vocês a respeito de outro problema que também tem preocupado os/as brasileiros/as.

- Vocês souberam do desastre no Rio Doce, em Minas Gerais? Por que aconteceu?
- Estão preocupados com isso? Por quê?
- Acham que isso vai impactar como o país?
- Quem vocês acham que é o principal responsável?
- Vocês sabem de alguma iniciativa das autoridades para tentar resolver esse problema? Que autoridades? O que estão fazendo?
- E quanto ao Governo Federal, sabem de alguma iniciativa? Qual? Concordam com ela? Acham que vai resolver? É suficiente?
- O que mais poderia ser feito pelo Governo Federal?

- Entre as iniciativas do Governo Federal em curso, está a liberação do FGTS para as vítimas. Vocês ouviram falar? Acham que o GF agiu certo? Por quê?
- Outra iniciativa do GF foi, através do IBAMA, multar a empresa responsável. Vocês tomaram conhecimento disso? Acham que o GF agiu certo? Por quê?
- O GF também antecipou o pagamento de Bolsa Família das pessoas beneficiárias que foram vítimas do desastre. Vocês ouviram falar? Acham que o GF agiu certo? Por quê?

5. A COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 35 MINUTOS

Suponhamos que o Governo Federal queira elaborar uma comunicação para apresentar e esclarecer a população sobre tudo o que conversamos hoje.

- O que deve ser esclarecido, informado? O que vocês gostariam de saber? O que é importante que chegue à população? (ATENÇÃO MODERADOR: SE AS RESPOSTAS FICAREM MUITO GENÉRICAS, TENTAR DIRECIONAR PARA OS TEMAS ‘MICROCEFALIA’ E ‘DESASTRE DO RIO DOCE’)
- Quem deve anunciar esse tipo de informação/medida? Por quê?
- De que forma? (Através de um pronunciamento, entrevista coletiva etc.)
- Qual meio de comunicação consideram mais adequado? Por quê?

TESTAR VÍDEOS – MOSTRAR O VÍDEO A SER AVALIADO

Rodízio

Perfil	1º Vídeo	2º Vídeo
Grupo AB jovens	BNDS	PPE
Grupo AB + velhos	PPE	BNDS
Grupo CD jovens	PPE	BNDS
Grupo CD + velhos	BNDS	PPE

MOSTRAR O VÍDEO A SER AVALIADO

- O que vocês acharam?
- Já tinham visto?
- O que vocês entenderam?

- Quais são os pontos positivos e negativos da propaganda? E do projeto?
- Se vocês fossem os responsáveis pela propaganda, o que destacariam? O que retirariam dessa propaganda?
- Traduza em uma palavra esse vídeo.
- Qual a mensagem que eles quiseram passar com esse comercial? Dá para acreditar nessa mensagem?

Vídeo PPE

O que vocês acharam desse personagem? O que transmite? O que ele está representando?

Vocês se identificam com ele?

O que vocês acharam do cenário? O que transmite? O que ele está representando?

Vocês se identificam com essa situação apresentada?

Vídeo BNDS

O que vocês acharam das profissões que foram apresentadas? O que transmitem? O que estão representando?

O que vocês acharam do cenário? O que transmite? O que ele está representando?

Para que tipo de empresa vocês acham que foi feito esse comercial? (micro, média, grande?)

6. ENCERRAMENTO

Agradece a participação e encerra.

Anexo II – Cronograma e Perfil – DG's

CIDADE	FAIXA ETÁRIA	CLASSE	GÊNERO	DATA	HORA
BELO HORIZONTE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	26/nov	18:30
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	26/nov	20:30
	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	27/nov	18:30
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	27/nov	20:30
PORTO ALEGRE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	26/nov	18:30
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	26/nov	20:30
	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	27/nov	18:30
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	27/nov	20:30
RECIFE	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	27/dez	18:30
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	27/dez	20:30
	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	28/dez	10:30
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	28/dez	13:30
NATAL	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	30/nov	18:30
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	30/nov	20:30
	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	01/dez	18:30
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	01/dez	20:30
RIO DE JANEIRO	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	30/nov	18:00
	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	30/nov	20:30
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	01/dez	18:00
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	01/dez	20:30
SÃO PAULO	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	01/dez	17:00
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	01/dez	19:00
	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	02/dez	17:00
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	02/dez	19:00
ARACAJU	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	02/dez	19:00
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	02/dez	21:00
	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	03/dez	19:00
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	03/dez	21:00
VITÓRIA	18 a 30	CD	(Mas e Fem)	02/dez	18:00
	31 a 45	CD	(Mas e Fem)	02/dez	20:30
	18 a 30	AB	(Mas e Fem)	03/dez	18:00
	31 a 45	AB	(Mas e Fem)	03/dez	20:30
TOTAL DE GRUPOS					32